

## SOBRE LUSOFONIA

**Regina Pires de Brito**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Centro de Comunicação e Letras  
Coordenadora de Programas e Projetos – Pró-Reitoria de Extensão da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

*Acho importante questionar a ideia da lusofonia.  
E perceber que o conceito é plural: existem lusofonias.  
Mia Couto<sup>1</sup>*

O conceito “Lusofonia” usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo. Assim é o primeiro parágrafo do tópico “lusofonia”, encontrado no *Portal do Governo Português*. É para esse sítio, também, que, por exemplo, o *Portal do Governo Brasileiro* remete quando se pesquisa por esse tema – não sem que antes se faça certa navegação pela página. A mesma pesquisa, em sítios oficiais dos outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aponta, comumente, para “notas da imprensa” em que a palavra (ou formas dela derivadas) é veiculada. Por essa rápida incursão nos espaços oficiais<sup>2</sup> de divulgação dos oito estados-membros da CPLP disponíveis na internet, pode-se vislumbrar a diversidade de sensações que tratar da *lusofonia* provoca, concretamente, nos seus múltiplos modos de existir: a ideia de lusofonia, como quer Mia Couto, precisa ser mesmo vista como muitas.

Abordar o tema “lusofonia”, portanto, não significa percorrer caminhos serenos – sejam os trilhados pelos políticos, sejam os trilhados por estudiosos ou literatos. Procurando uma síntese das sensações que o tema suscita, o jornalista moçambicano Eduardo Namburete (2006, p. 64) distingue a *obviedade* com que se trata a questão da lusofonia em Portugal, a *naturalidade* com que o assunto é abordado no Brasil, a *consciência da necessidade* do português para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de reconstrução de uma

---

<sup>1</sup> Palavras do escritor moçambicano em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de agosto de 2010. <http://www.pglingua.org/especiais/espaco-brasil/2722-bienal-de-sao-paulo-discutira-a-lusofonia>. Acesso: 10 de junho de 2013.

<sup>2</sup> Ver, nesse sentido, a título de exemplo, a análise dos portais governamentais dos países da CPLP realizada por BRITO e BASTOS (2011).

nova nação com que se encara o assunto em Timor-Leste e o *ceticismo* com que este tema é inevitavelmente enfrentado do lado africano.

Especialmente ao longo da última década, debates têm sido realizados, oscilantes entre insinuações de uma penetração cultural e da invasão empresarial, de um lado, e colocações que enfatizam os benefícios que essa unidade de língua proporciona(ria) nos diversos setores da vida de cada um desses países, de outro.

Por exemplo, do lado africano, há considerações acerca da imprecisão e das pressões políticas que rodeiam o conceito – por exemplo, o historiador angolano Carlos Pacheco (2000) assinala que a lusofonia é *como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos* outros, como o linguista Vatomene Kukanda, também angolano, entendem que o fato de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) *poderia reforçar essa presença [do português no território] se uma política linguística clara e conseqüente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro.* (KUKANDA, 2000, p. 112). Do lado das Ciências da Comunicação, Namburete (2006) arremata:

o maior conflito reside na própria definição do termo lusofonia, que coloca maior ênfase na língua portuguesa, procurando deste modo criar um paralelismo com a francofonia ou outras fonias. Essa caracterização empobrece um conceito que devia ser mais abrangente, englobando aí as inter-relações histórica, culturais, econômicas, emocionais, mentais, linguísticas, políticas, e outros factores que são comuns aos países e comunidades cujo passado tem marcas portuguesas. (NAMBURETE, 2006, p. 73)

Em 2002, durante o *V LUSOCOM*, realizado em Maputo (Moçambique), participamos de alguns debates envolvendo a problemática das línguas faladas em Moçambique, num cenário em que se focalizava o papel das línguas autóctones na comunidade lusófona. É o que faz, por exemplo, o linguista Marcelino Liphola (2002, p. 1), ao indagar: *sabendo-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na transformação da comunidade lusófona, a realidade linguística de Moçambique obriga-nos a fazer a seguinte pergunta: a comunicação em que língua?* Na mesma ocasião, Gregório Firmino (2002, p. 304), entrando no debate sobre o reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o Português assumem como conseqüência da sua incorporação nas atividades sociais moçambicanas, assinala que o

Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana.

Por sua vez, Armando Jorge Lopes (2002, pp. 1-5) destaca o desenvolvimento e a necessidade do estudo descritivo do Português Moçambicano, cuja moçambicanidade torna esta variedade distinta da variedade do Português na sua dimensão europeia. A contribuição substancial de linguistas como Lopes (1997, 2002, 2013) parece-nos indispensável para se pensar o espaço lusófono como um todo, a partir de reflexões e recomendações sobre Política e Planificação Linguística em Moçambique (perfeitamente aplicáveis a outros contextos multilíngues) e com trabalhos descritivos contrastivos sobre o português moçambicano e sua relação com as línguas bantu.

No contexto asiático de oficialidade da língua portuguesa<sup>3</sup>, nomeadamente em Timor-Leste, a perspectiva se reveste, normalmente, de certa consciência da necessidade de difusão do português para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de reconstrução da nova nação, conforme as palavras do líder da Resistência e primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste<sup>4</sup>, Xanana Gusmão<sup>5</sup>:

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, BRITO e MARTINS (2004) e BRITO (2013a).

<sup>4</sup> Colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve ocupado pelo Japão e pela Austrália durante a Segunda Guerra Mundial, e sofreu com o domínio da Indonésia de 1975 até 1999. Vítima de brutal repressão, os invasores indonésios forçaram o ensino de sua língua, a bahasa indonésia, proibiram o uso da língua portuguesa e minimizaram o uso da língua nacional, o tétum. Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum.

<sup>5</sup> Foi eleito, em maio de 2007, como Presidente, o Nobel da Paz José Ramos-Horta e indicado a Primeiro-Ministro o ex-presidente Xanana Gusmão. Em 2012, foi eleito Presidente da República Taur Matan Ruak, mantendo-se Xanana Gusmão como Primeiro-Ministro.

<sup>6</sup> Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, em 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm](http://www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm) [p. cap. em 03/08/02].

Neste caso, vale trazer, também, a perspectiva de Geoffrey Hull, linguista australiano, especialista nas línguas do espaço timorense:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (HULL, 2001, p. 39)

Destaquemos, entretanto, que essa visão não parte apenas dos acadêmicos, linguistas e políticos. Em diferentes momentos, em contato com grupos distintos, documentamos declarações do cidadão timorense comum de apego e de reconhecimento pela língua portuguesa<sup>7</sup>. Assim, tanto indivíduos com mais de 40 anos, que trazem o “português da memória de antes de 75”, quanto jovens (da geração educada em língua indonésia) de certa forma espelham o mesmo discurso veiculado por autoridades e falam da necessidade da língua portuguesa para a preservação da identidade timorense e da importância da cooperação dos outros países “lusófonos” para o futuro de Timor-Leste:

A Língua Portuguesa significa para mim porque em primeiro lugar língua portuguesa é língua oficial do nosso país através de isto a língua portuguesa também é uma língua histórica sobre a nossa cultura em Timor Leste. Para mim pessoalmente escolhi estudar língua portuguesa na faculdade ciência da educação porque eu quero ser uma boa professora portuguesa para ensinar o povo de Timor Leste. (jovem timorense, 25 anos, de Díli<sup>8</sup>)

No caso brasileiro, mesmo sem pesquisa de campo, é possível afirmar que não há visível incômodo, pelo menos quanto à utilização do termo Lusofonia. Seja por desconhecimento, seja por evocar, no Brasil de hoje, um país que nós viemos a “descobrir”, fato é que o cidadão comum habitualmente não se incomoda com a pertença a uma “comunidade lusófona”. Ainda mais porque os brasileiros muitas vezes denominam a língua que usam, não de portuguesa, mas de uma assumida “língua brasileira”.

---

<sup>7</sup> A esse respeito, remetemos, por exemplo, a BRITO (2013b).

<sup>8</sup> Transcrição exata de depoimento de aluno do Projeto Universidades em Timor-Leste, “Canção Popular e Música Brasileiras em Timor-Leste”, desenvolvido em Timor-Leste de agosto a dezembro de 2004, em ação bilateral, congregando universidades e governos de ambos os países.

Tratar desta questão remete-nos, do mesmo modo, ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e a títulos como *Casa grande & Senzala* (1934), *O mundo que o português criou* (de 1940), *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (ambas de 1953). Deixando de lado as discussões que envolvem sua colaboração com o regime salazarista, o lusotropicalismo<sup>9</sup> de Freyre, fundamentando-se na ideia da miscigenação (que, no caso do português, teria feito toda a diferença com relação aos outros colonizadores europeus) não apenas como fenômeno racial, mas, sobretudo, considerando sua dimensão sociocultural, acentua a condição original que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical (MAGALHÃES, 2003, p. 101). Não é, portanto, ilógico reconhecermos que a expansão da ideia freyreana de um mundo “lusófono”, pautado em outros planos além do linguístico, contribuiu para, por exemplo: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (1989); a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1989); a assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996).

Do ponto de vista linguístico (aqui, sem preocupação cronológica), evocamos Fiorin (2006), para quem a lusofonia faz sentido quando compreendida, (con)sentida e vivida como uma comunidade sem hierarquias, pautada na igualdade:

Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. [...] Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem. Defender a ideia de uma *lusofonia significativa* representa, pelo menos, buscar uma integração entre unidade/variedade, reconhecendo que são muitos os “proprietários” da Língua Portuguesa e assumindo a noção de diversidade/pluralidade cultural como característica inerente ao conceito – isso caso não se pretenda correr o risco de a *Lusofonia* abdicar de um significado simbólico real e de se constituir num espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido. (FIORIN, 2006, p. 46)

---

<sup>9</sup> Remetemos às considerações de MARTINS (2006 e 2011) e DIMAS (2006), por exemplo.

Essa abordagem fora, de certo modo, advertida, em 1986, nas Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, do Ministério da Educação do Brasil, elaborada por filólogos do porte de Celso Cunha, Celso Luft e Edgar Renault:

A emergência de variedades linguísticas postulou a existência de duas ou mais normas cultas dentro de uma mesma língua de cultura. É o que ocorre com o nosso idioma no Brasil, em Portugal, em Angola, em Moçambique, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. O conceito de língua culta, conexo ao de norma culta não coincide, pois, com o de língua de cultura. As línguas de cultura oferecem uma feição universalista aos seus milhões de usuários, cada um dos quais pode preservar, ao mesmo tempo, usos nacionais, locais, regionais, setoriais, profissionais. (RENAULT, CUNHA E LUFT, 1986, p. 5)

E mesmo antes disso, indicada por Celso Cunha:

Chega-se assim à evidência de que para a geração atual de brasileiros, de caboverdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses. E, em certos pontos, por razões justificáveis na România Nova, a língua se manteve mais estável do que na antiga Metrópole. [...] Essa república do português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura. (CUNHA, 1964, pp. 34 e 38)

É, pois, num contexto geograficamente disperso, naturalmente multi e pluricultural, de sistemas linguísticos vários e de diferentes normas do português, que é possível pensar/sonhar a língua e a identidade lusófonas. Assim, a lusofonia legitima-se somente quando a entendemos múltipla e quando nela distintas vozes são reconhecidas e respeitadas. Claro é, também, (como frisa FIORIN, 2006), que não se pode enxergar a lusofonia apenas como um *espaço dos usuários do português*, pois se toda língua tem uma função simbólica e um papel político, assim também a Lusofonia precisa ser pensada. Neste aspecto, conforme Martins,

[...] a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos. (MARTINS, 2006, p. 56)



A pluralidade de sensações e sentimentos que a mera evocação da palavra faz aflorar necessita, portanto, do conhecimento e do (auto)reconhecimento da imagem histórico-cultural de cada um desses espaços da chamada “comunidade lusófona”. Como adverte o ensaísta português Eduardo Lourenço (2001, p. 166) [...] *não há razão para não sonhar a sério – mesmo com os perigos de delírio que comporta – uma comunidade de raiz linguisticamente portuguesa [...], sonhá-la a sério significa não ser o único sonhador dela e saber que os outros não a sonham como nós.*

Na verdade, do ponto de vista dos povos colonizados, é difícil dissociar o passado histórico colonial do sentido que a palavra *Lusofonia* traz nos dicionários: no plano etimológico, o substantivo abstrato **Lusofonia** liga-se à “Lusitânia”, província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos Lusitanos: a forma **lusu**, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal e a forma (de origem grega) **fon** relaciona-se a som, voz, palavra, língua. É desta via, portanto, que se retira seu conceito mais evidente e divulgado: o de abranger os países de língua portuguesa. Numa conceituação um pouco mais alargada, costuma-se, então, aplicar o termo “lusófono” aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos<sup>10</sup>.

No plano histórico, a ideia da “lusofonia” teria tido início com a expansão marítima portuguesa a partir do século XV, que espalhou e que, em certa medida, difundiu pelo mundo sua língua e cultura, pela atuação de missionários e colonos. Como “teorizadores” desse ideário “lusófono”, citam-se, na literatura, o Padre Antônio Vieira com o projeto messiânico do Quinto Império, império de caráter religioso e universal, e Fernando Pessoa concebendo o “Quinto Império”, como “império” da língua portuguesa – um espaço cultural.

No plano político, o plano dos “discursos oficiais”, a ideia da lusofonia se apresenta como sendo um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – que constituem os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP*) – e Timor-Leste. Para ilustrar esse discurso, transcrevemos o pronunciamento de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em visita oficial a Cabo Verde, em 1983:

---

<sup>10</sup> Ver BRITO e BASTOS (2007), em que sugerimos a necessidade de uma ressemantização do termo “lusofonia”, desvinculando-o da perspectiva etimológica.

[...] o processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo transcontinental dos sete [hoje oito] países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de chefes de Estado ou de governo, promover encontros anuais de ministros de Negócios Estrangeiros e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar. (citado por MAGALHÃES, 2003, p. 107)

No entanto, não se pode restringir o espaço da lusofonia ao que as fronteiras dos territórios nacionais delimitam. Antes, é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada “diáspora lusa” e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de “uso”, na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Diu, Damão e Malaca. Além disso, Lourenço (2001) assinala, com rigor, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza:

[...] como imaginar o espaço lusófono, e na medida em que ele é o horizonte onde inscrevemos a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, sem incluir nele a Galiza? [...] dado o contexto histórico-político da península a que pertencemos, não se estranhou que a Galiza não tenha estado presente e fosse incluída na nova *comunidade* de referência lusófona a que se deseja dar, além da vida formal, vitalidade e futuro. Mas isso significa, pelo menos, que o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem. (LOURENÇO, 2001, p. 178)

Vale lembrar que, criada em 1996, a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* define-se, conforme seus Estatutos, como foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político-diplomática e da cooperação entre os seus membros, com o intuito de reunir os países de língua oficial portuguesa a fim de uniformizar e difundir a língua e aumentar o intercâmbio cultural entre eles. Em torno disto, em diversas circunstâncias, Lourenço refere-se à CPLP – que *tal como existe, ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário* (2001, p. 182) – e aos ideais da lusofonia – um *projeto, uma aposta, na qual deve residir alguma verdade* (uma vez que foi “imaginada” – 2001, p. 176). No ensaio “Imagem e miragem da lusofonia” (escrito no ano da criação da CPLP), assinala com lucidez a posição que os portugueses deveriam adotar para a viabilidade do projeto lusófono:



Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa, levando-a connosco para as paragens que tocámos ou colonizamos [...] *O que não podemos é atribuir a essa centralidade nossa na esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de carácter estritamente comunicacional.* (LOURENÇO, 2001, pp. 179-80) *grifos nossos.*

Uma síntese do universo lusófono – que se procura reunir numa noção (ainda que mítica) de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português. Deste modo, como referimos, uma descrição possível apresenta uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas, naturalmente, divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspecto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade. Dessa maneira, reconhece-se, por exemplo, o *Português Europeu* e o *Português Brasileiro* (e os muitos falares dentro de cada um), da mesma forma que já se publicam estudos sobre o Português Moçambicano, o português em/de Angola, os crioulos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e o português de Timor-Leste: “*se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense*” acentua Lourenço (2001, p. 112).

Assim é que podemos experimentar sentidos e sentimentos, no entrecruzar de línguas do moçambicano José Craveirinha, na sua “Fraternidade das Palavras”, numa natural “miscigenação” linguística:

*O céu  
É uma m' benga<sup>11</sup>  
Onde todos os braços das mamas  
Repisam os bagos de estrelas.  
Amigos:*

---

<sup>11</sup> m'benga - pote de barro; mamas – mulheres; rongá – dialeto mais meridional do grupo linguístico banto tsonga, falado numa pequena área que inclui a cidade do Maputo; ganguissam – namoram; satanhoco – algo reles.

*As palavras mesmo estranhas  
Se têm música verdadeira  
só precisam de quem as toque  
ao mesmo ritmo para serem  
todas irmãs.  
E eis que num espasmo  
De harmonia como todas as coisas  
Palavras rongas e algarvias ganguissam  
Neste satanhoco papel  
E recombina o poema.*

Não se pode, entretanto, centrar a questão da lusofonia apenas no aspecto linguístico. Como pondera Martins:

[...] diante do imparável processo da globalização cosmopolita, que pela economia e pela tecnologia se erguem diante de nós, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, aquilo que motiva a lusofonia como coisa sua é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas, uma globalização interculturalista, que se alimenta de um imaginário de territórios, memórias e paisagens, vivos e concretos. (MARTINS, 2011, p. 77)

Sem dúvida, nesta conjuntura marcada pela referida “globalização interculturalista”, a língua portuguesa é o grande instrumento para o sentimento de lusofonia, mas também o é para o reconhecimento e para a construção do chamado espaço (não na dimensão geográfica, apenas) da lusofonia e dos sentidos de que se revestem os discursos das identidades várias abarcadas por esse mundo de *expressão* (também) em *português*. Uma lusofonia plural (*lusofonias*, como diz Mia Couto) que se possa concretizar passa pelo ideal de *língua* sem adjetivo (ou então de uma língua portuguesa que se adjetiva multiplamente!), como nos versos de Caetano Veloso em “Língua”:

*A língua é minha pátria  
E eu não tenho pátria: tenho mátria  
E quero frátria.*

É necessário, por fim, ter clareza quanto aos papéis específicos que a língua portuguesa forçosamente cumpre em cada localidade. Pensar a lusofonia é, igualmente, refletir sobre a função que o português desempenha (ou virá a desempenhar) nas localidades em que recebe o estatuto de oficial. Insistimos que o respeito, o conhecimento, o reconhecimento e a valorização das múltiplas realidades linguísticas constituintes dos contextos em que “também se fala o português” é que tornam viável um repensar das atitudes

culturais, dos conceitos, dos valores e dos modos de interagir e de interpretar cada uma dessas realidades. A ideia de lusofonia só pode fazer sentido, portanto, se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma única nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono – numa fraternidade (como a das palavras, de Craveirinha) que assume com naturalidade discursos diferentes – porque *vidas* diferentes (como a “frátria” desejada por Caetano) – é que uma lusofonia (ou as muitas que somos) pode “vir a ser”, de fa(c)to.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Regina Pires de. *Língua e identidade no universo da lusofonia*. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique. São Paulo: Terracota, 2013a.
- BRITO, Regina Pires de. Papel do português em Timor-Leste. Celso ÁLVAREZ CÁCCAMO (coord.). *Língua, desigualdade e formas de hegemonia*. Monográfico em Agália. Revista de Estudos na Cultura. 104 (ref. 2011). Galiza: Agália, 2013b. pp.79-99.
- BRITO, Regina Pires de e BASTOS, Neusa Barbosa. Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: SOUSA, H. e MARTINS, M.L. (org.) *Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras, 2007. pp. 65-78.
- BRITO, Regina Pires de. Percepções da lusofonia em portais governamentais. *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona*. Moisés de Lemos Martins (Dir.). Coimbra: Grácio Editor, 2011. pp. 105-119.
- BRITO, Regina Pires de e MARTINS, Moisés de Lemos. *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1005>, 2004.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: S. Jose, 1964.
- DIMAS, Antonio. Décimo Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa. Congresso Internacional de Lusofonia. In BASTOS, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. pp. 15-24.
- FIORIN, José Luiz. A lusofonia como espaço linguístico. In Bastos, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. pp.25-47.
- FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.
- HULL, Geoffrey. *Timor Leste – Identidade, língua e política nacional*. Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- KUKANDA, Vatomene. Diversidade linguística em África. *Africana Studia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000. n.3. pp. 101-11.

LIPHOLA, Marcelino. *As línguas banto de Moçambique* – uma pequena abordagem do ponto de vista sócio-linguístico. São Paulo, 1988. s/e, p. 33-37. (texto cedido pelo autor).

LOPES, Armando Jorge. *Language policy: principles and problems*. Maputo: Livraria Universitária (Universidade Eduardo Mondlane), 1997.

LOPES, Armando Jorge. *A Batalha das línguas*. Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique (1ª. Ed. 2002). Luanda: Editora das Letras, 2013.

LOPES, Armando *et al.* *Moçambicanismos*. Para um léxico de usos do Português Moçambicano. Maputo: Livraria Universitária, 2002.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MAGALHÃES, José Calvet de. As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX. In Abdala Junior, Benjamin (org.) *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: SENAC, 2003. pp. 99-124.

MARTINS, Moisés de Lemos. Lusofonia e luso-tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In Bastos, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. pp. 49-62.

MARTINS, Moisés de Lemos. Globalization and lusophone world. Implications for citizenship, PINTO, Manuel & SOUSA, Helena (eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor, 2011. pp. 75-84.

NAMBURETE, Eduardo. *Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português*. In BASTOS, N. M. O. B. (org.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*, São Paulo: EDUC, 2006. pp. 63-74.

PACHECO, Carlos. Lusofonia e regimes autoritários em África. In *Público*. Lisboa. 3 de fevereiro, 2000.

RENAULT, E.; CUNHA, C. e LUFT, C. *Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 1986.